

O DISCURSO NEOCONSERVADOR: ANTAGONISMO E DISPUTAS

Cibele Rodrigues [*]

[*] Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (Ufrpe/Fundaj) e do Mestrado Profissional de Ensino de Sociologia (ProfSocio).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4310-4216>
E-mail: rodrigues.cibele@gmail.com

RESUMO

No presente artigo analisamos o discurso do campo neconservador, à luz do conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe, no seio do debate da relação entre educação e movimentos sociais. No referido campo, destacam-se o Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre, os quais não consideramos como movimentos sociais, mas como uma prática articulatória em torno desse discurso conservador e que é antagonônica ao campo que, historicamente, constitui-se como “movimentos sociais”. Na dinâmicas das relações de hegemonia, esse neoconservadorismo se organiza em oposição às conquistas obtidas nas políticas educacionais, ao longo dos governos petistas. Essa articulação inclui a elaboração de propostas para o campo educacional. Por outro lado, registra-se também a reorganização do campo dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Discurso. Políticas educacionais. Movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

O campo dos estudos educacionais é desafiado pelo surgimento de grupos conservadores que se autodenominam como “movimentos”, a exemplo, do Movimento Brasil Livre e o grupo Escola Sem Partido que fazem parte de um suposto movimento global “populista, nacionalista e tradicionalista”, segundo declarações de Steve Bannon. Neste último, está um conjunto de sujeitos podem ser classificados sob o rótulo do “neoconservadorismo”, constituindo-se como uma articulação para defesa de valores “tradicionais” e “liberais” em um contexto mais amplo das contradições do capitalismo, como analisa Frigotto (2017). Eles utilizam diversas estratégias, que vão desde o uso das tecnologias até mobilizações de rua, constituindo uma formação discursiva que tem interpelado muitos sujeitos e que se constitui como núcleo do atual governo.

A compreensão de tais práticas discursivas e de seus efeitos também joga luzes sobre o campo dos estudos dos movimentos sociais. Esse desafio é posto se considerarmos que o surgimento do termo (movimentos sociais) está associado às lutas de classes no início do capitalismo (BOTTOMORE, 1981). E, no campo do pensamento crítico, a ação coletiva empreendida pelos movimentos estava relacionada ao anúncio da mudança social no enfrentamento ao “*status quo*”, denunciando contradições e injustiças existentes na sociedade (SANTOS, 2005; MOURIAUX e BEROUD, 2005; ZIBECCHI, 2005; VAKALLOULIS, 2005; LOJKINE, 1981; TOURAINE, 1985).

Na perspectiva marxista, os movimentos lutam contra a classe dominante denunciando as contradições do capitalismo (LOJKINE, 1981; CASTELLS, 1983). Nos estudos baseados na ação social, lutam contra os códigos culturais dominantes (TOURAINE, 1985; MELUCCI, 1989; ALVAREZ et al., 2000), a partir de processos coletivos de identificação (ou identidades coletivas). Existem ainda perspectivas que centram na compreensão das estratégias de mobilização de recursos, encarando-os como grupos de interesse que atuam na cena política (GOHN, 1997). Em todas as perspectivas está presente a ideia de que movimentos sociais se referem a sujeitos que influenciam (em termos potenciais) as mudanças, ou como afirma Melucci (1996), profetas do presente.

Nesse mesmo diapasão, os movimentos são também estudados vinculados aos processos educativos, seja quando constroem propostas no âmbito da “educação formal” (a exemplo do

MST) ou quando a participação em si mesmo propicia a formação, grosso modo, “a educação não-formal” (GOHN, 1992; GOHN, 2005). Nessa última perspectiva, os movimentos são sujeitos educadores que atuam na transformação cultural, semelhante ao que Gramsci (1995) para os partidos revolucionários (RODRIGUES, 2009). Atuam como sujeitos educadores, como afirmam Nilma Gomes (2017) e Maria da Glória Gohn (2011, 2014), em diversos estudos (COSTA, 2009; RODRIGUES, ALMEIDA, SIMÕES, 2019).

Consideramos que, em termos mais amplo, os movimentos, em suas lutas, às vezes incorpóreas, desafiam os códigos culturais dominantes, desafiam o poder hegemônico (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000; MELUCCI, 1996) e surgem nas bordas (e contradições) dos discursos hegemônicos. São sujeitos eminentemente políticos ao atuarem na proposição de agendas públicas, ao questionarem a cultura política dominante e, ao confrontarem o sistema capitalista.

De outro lado, o surgimento de grupos, como o Escola Sem Partido, desafia esse campo teórico a pensar suas interferências na agenda política, questionando as proposições desses movimentos e se alinhando à agenda cultural, política e econômica hegemônica. Além disso, podemos perceber que não se trata de um grupo isolado, mas de um campo que, de alguma forma está articulado ao movimento global “populista, nacionalista e tradicionalista” que tem atuado para o surgimento de coletivos similares em diversos países. Suscita a ideia de interpelar sujeitos e, assim, constituir subjetividades a partir do discurso que vamos chamar de neoconservador. Esses grupos têm atuado com a mesma dinâmica dos movimentos sociais, mas retomando os postulados da ordem hegemônica “liberal”. Invertem, assim, a lógica das teorias supracitadas ao apontar as reivindicações dos movimentos sociais como “ameaças” aos valores tradicionais. E se apresentam como “mitos” que vão resolver, de forma simplista, esse problema fundante, supostamente gerado pelos grupos de esquerda (LACLAU, 1990).

Nesse sentido, utilizam o repertório dos movimentos para reavivar os valores tradicionais latentes em processos de identificação coletiva. Compreendemos que esse campo faz parte dessa prática articulatória da “direita” conservadora, no que já tinha sido identificado, nos anos 1990, por Michael Apple (1995), mas que se apresenta de forma diferente se apropriando do repertório dos movimentos sociais (ALONSO, 2017).

E emerge de forma antagônica à gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores, nos quais os movimentos sociais lograram obter alguns inegáveis avanços nas políticas, sobretudo,

educacionais. E ganham as ruas em um contexto mais complexo, que tem início com o movimento Passe Livre, este, por sua vez, não tinha esse viés neoconservador.

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar, em linhas gerais, essa prática articulatória neoconservadora que tem como sujeito principal o Escola Sem Partido em articulação com o Movimento Brasil Livre, não os considerando como movimentos sociais, mas refletindo sobre seu surgimento a partir dos postulados de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). No caso brasileiro, essa prática articulatória se insurge como antagonista ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tentando destituir de legitimidade os discursos construídos pelos movimentos sociais e, sobretudo, pela educação popular. É possível perceber a existência de uma agenda conservadora com efeitos na educação.

Podemos compreender tais fenômenos a partir do conceito de hegemonia, postulado por Laclau e Mouffe (2015), que se complementa com a concepção de antagonismo, numa perspectiva pós-marxista. Assim, o processo de avanço do neoconservadorismo, culminando com o momento atual, ao mesmo tempo que fez a direita recuperar seu poder político, por outro lado, também fortaleceu os movimentos sociais (como campo antagônico). Esse processo de acirramento tornou mais visível o conflito de poder (político e econômico) que, ao longo das gestões petistas, estava, em certo sentido, “amortizado” tendo em vista que os movimentos estavam conseguindo dialogar com o governo e inserir suas demandas na agenda política, nos limites de compatibilidade do sistema capitalista (MELUCCI, 1989; TATAGIBA e GALVÃO, 2019).

A partir de tais pressupostos teóricos, realizamos uma pesquisa documental que tem como fontes as páginas virtuais e textos produzidos pelo Escola Sem Partido, do Movimento Brasil Livre, bem como, canais no Youtube e diversas notícias que envolvem esses sujeitos e os seus discursos. Não é nosso objetivo fazer uma análise exaustiva desse campo neoconservador, o intuito é apontar alguns elementos discursivos que de suas proposições no campo da política educacional.

REFLEXÕES TEÓRICAS NO CAMPO DO PÓS-MARXISMO

Nas teorias dos movimentos sociais, *stricto sensu*, há certo consenso que os movimentos sociais desafiam o *status quo*, que pode ser traduzido como os códigos culturais dominantes

(MELUCCI, 1996; DAGNINO, ESCOBAR, ALVAREZ, 2000) ou as contradições do capitalismo. Sujeitos que emergem em oposição ao poder estabelecido (seja em âmbito cultural ou econômico) como resistência às suas tentativas de subjetivação. Na perspectiva marxista, os verdadeiros movimentos trazem à tona a dominação de classe, a luta de oprimidos que se rebelam contra os opressores (LOJKINE, 1981).

Na visão de Gramsci (1984), a mudança para uma nova sociedade, nos moldes do socialismo, exigia também uma mudança cultural (para uma transformação ético-política). Nessa perspectiva que propõe um processo educativo de transformação (no sentido parecido com aquele usado por Platão na República de educação para se tornar “cidadão”, mas se aproximando de Marx em sua defesa do fim das opressões). Em linhas gerais, na proposta de Paulo Freire (1980) também está presente a educação para conscientização da opressão, formando sujeitos críticos a partir da conscientização e do diálogo de saberes.

De forma sub-reptícia, as reflexões de Gramsci (1984, 1995) sugerem um processo educativo para propiciar a transformação cultural e política proposta pelo socialismo. Essa perspectiva influenciou a educação popular e muitos movimentos sociais que elegeram a educação como uma de suas bandeiras de luta - de forma direta ou indireta. A exemplo do movimento negro (GOMES, 2017), da Marcha Mundial de Mulheres (OLIVEIRA, 2020), do movimento feminista (SANTANA, 2018), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entre outros.

Concordamos com estudos que defendem que os movimentos surgem em antagonismo à cultura política hegemônica e, ao longo do tempo, também se constituiu no seio de uma superfície de inscrição como uma formação discursiva na qual estão que foi considerado das “esquerdas” (SADER, 1995) ou, em termos amplos, revolucionária (RODRIGUES, 2009). Campo discursivo heterogêneo e que, ao longo do tempo, constitui-se em torno da mudança política e cultural na luta por um mundo mais justo, com mais igualdade. Em alguns momentos práticas articulatórias específicas fazem diversos sujeitos se unirem em lutas específicas, como é o caso das lutas pelo direito à educação. Em outros momentos, diversos movimentos podem se unir em torno de lutas mais amplas, anti-sistêmicas, contra o capitalismo.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), a lógica da hegemonia está eivada pelo antagonismo que torna possível a emergência de práticas articulatórias (na forma de sujeitos coletivos) que se unem em torno de um ponto de convergência (chamado de ponto nodal). A diferença do

conceito de Gramsci é que essa articulação, não, necessariamente, passa pela questão de classe e ainda porque parte do pressuposto pós-estruturalista da contingência e incompletude dos processos políticos. Assim, definem essa prática a partir de noção de discurso.

[...] chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de discurso. (Idem, p. 178).

Essa proposição se assemelha às teorias de identidade por se tratar de processos coletivos de adesão, mas, pressupõe maior fluidez, heterogeneidade e a contingência (nos processos de identificação). Nessa perspectiva, pontos nodais são significantes que fixam (parcialmente) um sentido, conferindo uma aparente coesão ao grupo. A partir desse ponto de convergência vai se desenvolvendo em uma cadeia de equivalência de significantes que ampliam a gama de reivindicações e assim, conseguem a adesão de mais grupos (heterogêneos), em outras palavras, lutas equivalentes que são agregadas. Nesse sentido, os sujeitos constituem seu discurso a partir de uma demanda particular que consegue interpelar um grupo e a “necessidade” de se unir.

Nessa perspectiva, não existe uma determinação que esses movimentos possam emergir apenas no campo das esquerdas ou revolucionário (RODRIGUES, 2009), tendo em vista que existe uma fluidez no social. A prática articulatória “produz” o discurso que, por sua vez, constitui-se como uma aparente “totalidade”, repleta de falhas e contradições, resultante de uma prática articulatória que fixa (precariedade) os sentidos. E deixam outras diferenças excluídas, o que chamam de “elemento”. As posições diferenciais na medida em que aparecem – o que Laclau e Mouffe chamam de momentos. Essas diferenças podem ser articuladas em ações coletivas, podendo gerar movimentos sociais.

No entanto, para demarcar teoricamente, vamos preferir denominar de movimentos sociais, aqueles grupos que estão no campo dessa tradição de oposição ao capitalismo e aos códigos culturais dominantes (machista, racista, homofóbico, depredador do meio-ambiente, entre outros). Para tanto, consideramos que, o termo “movimentos sociais” nasce (BOTTOMORE, 1981) das lutas de classes (no início do capitalismo). No momento atual, de emergência de mobilizações do campo conservador, utilizando o mesmo repertório (para usar um termo de Charles Tilly) dos movimentos de esquerda parece-nos importante perceber como

esse campo discursivo emerge e suas estratégias de ação coletiva e, como, em certa medida, produzem efeitos discursivos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ATUAÇÃO NOS GOVERNOS PETISTAS

Antes de compreender o campo neoconservador é preciso traçar linhas gerais para compreender melhor as relações de antagonismo. Considerando que o campo dos movimentos sociais surge de uma tradição revolucionária, inclui as lutas pelos direitos sociais, negados pelo Estado brasileiro, em suas contradições (TELLES, 2006). Esse campo está inserido em uma sociedade autoritária e, por essa razão, também não pode ser visto como demiurgo que irá resolver essas “mazelas”, historicamente constituídas (DAGNINO, 2000, 2002).

Os estudos no campo dos estudos de movimentos sociais e educação apontam para esse aprendizado no campo do que Maria da Glória Gohn chamou de educação não-formal, mas que se amplia com outros matizes. De uma forma geral, esses estudos apontam para as transformações possibilitadas pelos processos educativos forjados na militância, nas formas participativas advindas, em grande parte, da educação popular (OLIVEIRA, 2020). Os estudos mostram a transformação das subjetividades de quem participa, produzindo múltiplos saberes (RODRIGUES, CARVALHO, SIMÕES, 2019; BARBOZA, 2019; SANTANA, 2018).

No governo Lula, esses movimentos tiveram um papel na definição das políticas educacionais (e de outras) nunca antes visto, que, inclusive teve efeitos nos estados (ALMEIDA, 2019; SILVA, 2019; ARANTES, 2019; CUNHA JUNIOR, 2016; MARQUES, 2017). Esses movimentos que emergem na superfície de uma tradição das esquerdas revolucionárias, como afirma Melucci (1996), são profetas do presente por denunciar as contradições e, ao mesmo tempo, que anunciam novas formas de ser, saber e de poder (QUIJANO, 2005). Desigualdades que se materializam de forma perversa. Contradições que se materializam nas diferentes formas de desigualdade.

Ao longo do governo Lula, houve espaço para que os movimentos pudessem colocar suas demandas e propostas, dentro dos limites do sistema capitalista neoliberal. Muitos desses sujeitos coletivos viram suas propostas se converterem em políticas. Os temas propostos foram debatidos em Conferências Nacionais e traduzidos em política de formação continuada e curricular. O caso exemplar do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil) e a pauta

da educação infantil que ganhou um espaço nunca antes visto na história da política educacional (ALMEIDA e RODRIGUES, 2020). Assim, como se viu uma gama de documentos que incentivaram a gestão democrática nas escolas (RODRIGUES e SOUZA, 2012).

O espaço das Conferências Nacionais de Educação é um exemplo de como funcionou essa lógica. Diversos sujeitos (movimentos, associações profissionais e sindicatos) envolvidos na formulação de propostas. Esse processo de participação culminou na criação dos Fóruns, nacional e estaduais, bem como, do Plano Nacional de Educação.

Considerando a relação de hegemonia neoliberal, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é um caso exemplar do que foram as disputas ao longo dos governos petistas, incluindo a tensa relação com o Congresso Nacional. O Plano contempla várias demandas dos movimentos e, por outro lado, transferência dos recursos públicos para iniciativa privada e manutenção as avaliações padronizadas - a hegemonia da lógica neoliberal. No entanto, há que se sublinhar que era uma hegemonia fraturada, em um contexto de democracia, de diálogo com os movimentos, mas também com outros sujeitos, permeada por antagonismos, contradições (BOITO JR, 2006). A hegemonia neoliberal estava ameaçada e modificada pelas políticas propostas pelos movimentos sociais.

O CAMPO DISCURSIVO NEOCONSERVADOR

Nesse campo de disputas, o campo dos movimentos sociais logrou obter conquistas, mas não se tornou hegemônico. Consideramos que o fato de ter tido várias conquistas abriu a possibilidade de mudanças nos códigos culturais e nas políticas educacionais. O país viveu uma grande efervescência de ações na educação, que, pela primeira vez, contemplava a perspectiva sistêmica (da primeira infância até a pós-graduação), com aumento nos investimentos em formação, infraestrutura e gestão. O tema do respeito às diversidades ganhou uma secretaria própria dentro da estrutura do MEC para pensar as questões de gênero, raça, deficiência, alfabetização (estrutura que não existe mais, no governo atual).

Nas brechas de tais políticas surgiram outros sujeitos, que, podem ser compreendidos como práticas articulatórias (de grupos conservadores ou de direita) antagônicas às políticas propostas pelos movimentos sociais. Não por acaso, em 2004, surgiu o Escola Sem Partido (ESP), considerando que, em 2003, Lula assumiu a presidência.

Segundo o documento disponível no site do Escola Sem Partido, ele surge a partir de duas práticas que alega serem ilegais: “de um lado, a doutrinação e a propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades; de outro, a usurpação – pelas escolas e pelos professores – do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos”. O referido grupo incentiva práticas que tem como imperativo categórico o autoritarismo (associado a um suposto liberalismo), impondo uma visão específica sobre temas como gênero, religião, família e política. Eles são contra a diversidade de opção sexual; reforçam o preconceito racial e contra religiões de matriz africana reforçando o histórico de colonialidade do ser, saber e poder (QUIJANO, 2005).

Sob esse rótulo de Escola Sem Partido se organiza um dos grupos, como parte de uma formação discursiva mais ampla que articula o discurso neoconservador, inclui desde nacionalistas, neopentecostais, articulado a um discurso extremamente liberal. Ao longo do tempo, vão fortalecendo o discurso, em tese, “individualista”, com base na liberdade das famílias de educar seus filhos. Essa forma discursiva está mais visível na versão latino-americana que defende a mesma tese do Escola Sem Partido e se autodenomina “Com meu filho não te metas”.

Ainda no governo Lula, esses grupos criam várias polêmicas ao propor o cerceamento da autonomia de cátedra de docentes, bem como, as críticas à questão da educação sexual e de gênero. Deturpando diversas ações educativas propostas pelo Ministério da Educação que tinham como centralidade o respeito às diversidades. Nesse campo discursivo se juntam outros sujeitos e práticas articulatórias. O mais badalado é o “Vem pra Rua”, que surge a partir das mobilizações do “Movimento Passe Livre”. O Passe Livre é um exemplo de um ponto nodal que uniu diferentes grupos que tinham intenções distintas. Para fins de compreensão desse campo neoconservador, lembramos a emergência do Movimento Brasil Livre, que se declara como defensor do liberalismo. Além de pessoas que criaram canais no *Youtube*, páginas e cursos, a exemplo de Olavo de Carvalho, que se constituem como parte desse processo de disseminação desse discurso neoconservador. Esses sujeitos encontram afinidades com a grupos conservadores cristãos (entre católicos e evangélicos), influenciando a agenda política educacional. Por outro lado, também despontaram outros movimentos também no campo da tradição revolucionária (das esquerdas) se opondo a esse discurso (ALONSO, 2017; TATAGIBA e GALVÃO, 2019).

No campo neoconservador essas mobilizações foram potencializadas pelo discurso anticorrupção que ficaram mais fortes com a famosa Operação Lava-jato - operação famosa por envolver empresários e políticos nacionais, sobretudo, tentando incriminar o ex-presidente Lula, para evitar sua candidatura.

Assim, como no chamado “Fora Collor”, houve grande mobilização (nas ruas) contra a presidente Dilma Rousseff. Mas, diferente daquele momento, houve também grande mobilização dos movimentos sociais em sua defesa. Nesse contexto de mobilizações, várias práticas articulatórias aconteceram.

E novos personagens entraram em cena agora no campo conservador, considerando-se “revoltados” contra uma suposta corrupção (como se ela não existisse anteriormente). Diversos fatores influenciaram a propagação desses discurso, sobretudo, por parte da grande mídia, mas também de redes de sociabilidade nos grupos religiosos conservadores. Distinto dos movimentos sociais, esses sujeitos que empreenderam mobilizações coletivas articularam um discurso que mesclava o combate à corrupção, com o ódio ao PT e contrário às conquistas dos movimentos (como cotas, direitos trabalhistas das empregadas domésticas, entre outros). No conceito proposto por Laclau e Mouffe (2015), essa prática inclui pessoas com diferentes motivações que se unem em ponto comum. Alguns se identificaram (ou podemos dizer se identificam) apenas com um desses eixos, o que já era suficiente para empreender a ação coletiva.

Seguindo a lógica do messianismo, apontada por Marilena Chauí (1994), esses grupos dividem o mundo de forma maniqueísta, entre bem e mal, no qual do lado mal da força estava o PT, na visão deles. Assim, criou-se o terreno fértil para o surgimento de um messias (como foi Collor) que foi ocupado pelo atual presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Assim, a direita conservadora e outras pessoas tomadas de ódio ao PT tomaram as ruas - claramente provenientes das camadas médias. As mobilizações de rua e os painéis foram amplamente divulgados pela mídia e criaram processos de identificação. Nos atos de 2013, já se tinha indícios da participação da direita conservadora que rejeitava a participação de partidos (como o grupo Escola Sem Partido, coincidentemente). E tomou para si uma bandeira que era da esquerda: a ética na política - inclusive essa era uma das maiores bandeiras do PT (RODRIGUES, 2009).

E o momento de aparente quebra dessa “confiança” gerou, em muitas pessoas, uma “revolta” que se transformou em ação coletiva. No primeiro momento, capitaneada pelos meios de comunicação massivamente, mas também por redes sociais que já tinham sua difusão.

O Movimento Brasil Livre lançou candidatos e teve parlamentares eleitos. Ao analisar o seu programa de governo encontramos propostas que também estavam presentes no programa de governo do presidente eleito e que, infelizmente, estão na agenda política atual. No programa de governo, elaborado em 2015, o MBL expressa seu apoio ao Escola Sem Partido. No âmbito da educação, está patente sua face liberal. Elenca propostas de “gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas”. Nessa linha de privatização, inclui incentivos a empresas como “expansão do Programa Universidade para Todos (PROUNI) para o ensino médio, fundamental e infantil”; “redução de impostos das escolas privadas”, “desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas”.

E ainda, já tinha como proposta a política que ora está sendo implementada pelo governo federal, qual seja, a “militarização das escolas” (que, para eles, era apenas para “áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar”). Como também não é de espantar, a total adesão à agenda da Nova Gestão Pública e da perspectiva liberal e (neo)funcionalista de incentivo à competição que eles traduziram com a proposta de “promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações”.

O campo antagonista e o caso do Escola Sem Partido

Nesse contexto, para detalhar melhor o discurso do Escola Sem Partido, o próprio fundador define o grupo como movimento social que possui uma perspectiva “religiosa, ideológica e partidária” e, ao mesmo tempo, afirmou a importância do grupo nas eleições de 2018. A grande pauta é a campanha pela criação de leis de controle à autonomia docente, proposta que foi apelidada pelos movimentos sociais de “lei da mordaca”. E que, graças à grande mobilização desses setores, a proposta não foi aprovada no Congresso Nacional.

De forma resumida, vamos apontar as três dimensões que são citadas pelo próprio fundador - religiosa, ideológica e partidária. Primeiro, quando se refere à matriz religiosa insiste na demonização das religiões afro-brasileiras. O preconceito contra os terreiros é uma espécie de junção de um aspecto etnocêntrico e colonialista (em relação às tradições africanas de uma forma geral), reforçado por grupos religiosos como apelo para formação da sua “identidade”.

No campo da dimensão ideológica, o segundo alvo é composto por movimentos feministas e das diversas identidades homossexuais, transexuais e suas conquistas - chamando de ideologia de gênero. Esse discurso está presente no que se convencionou chamar de bancada da “Bíblia”, com forte atuação no Congresso Nacional e se espalha pelos grupos religiosos em todo o território nacional. Essa vertente religiosa se destaca no que se convencionou chamar de neopentecostais (inclui católicos e evangélicos). Em grande parte, refere-se a grupos que pregam a teologia da prosperidade e que, segundo Kléber Rodrigues (2002), possui uma afinidade eletiva com o ideário neoliberal.

Essa construção mítica tem início nos anos 1940, mas se fortaleceu a partir dos anos 1970, nos EUA (idem p. 19). Também no campo neopentecostal, mas com distinções teológicas, está o grupo Católico Carismático, que segundo seu site, surge também nos Estados Unidos, nos anos 1960 e chega ao Brasil na década de 1970.

Esses grupos emergem de forma concomitante ao fortalecimento de movimentos, que também surgiram nos anos 1960 (alguns nos EUA), de contracultura, feministas, de luta pelos direitos civis (das populações negras). E, no meio religioso, os neopentecostais antagonizam o campo que ficou conhecido como progressista (teologia da libertação e teologia feminista) que tem influência no catolicismo e nas igrejas protestantes (BARBOZA, 2019).

Assim, os grupos conservadores cristãos se unem em torno de ponto nodal comum que chamam de ideologia de gênero e encontra eco no conservadorismo preexistente. Estabelece um ataque que tem uma dimensão de cultural (moral) que trata como se houvesse “a usurpação – pelas escolas e pelos professores – do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos” (frase retirada da página do Escola Sem Partido).

Nesse rol vão incluindo a dimensão partidária. E criando uma equivalência entre a questão de gênero e a chamada “ideologia de esquerda”, atacando as religiões afro-brasileiras, os movimentos, Paulo Freire e o PT. Ao nomear tantos atores criam o que Laclau e Mouffe chamam de lógica da equivalência. Distorcem completamente a obra de Paulo Freire (1980),

colocando como se a proposta da pedagogia do oprimido fosse sinônimo de permissividade total e irrestrita. Segundo o Escola Sem Partido, em sua página na internet, “o processo dialógico é manipulado pelo professor, que sonega ao aluno o conhecimento de explicações alternativas e mais sofisticadas do que aquela” E ainda aponta que “a pedagogia que fabricava mimados, intolerantes (aluno detentor de posições inegociáveis)”. E ainda que essa atitude “justificava a revolução” e gerava “descontrole e violência contra os professores”.

Para quem observa as escolas, sabe que a violência social entrou nas escolas porque, afinal, ela é instituição parte de um contexto mais amplo de violências. As grandes desigualdades, as péssimas condições de estrutura das escolas e o profundo desrespeito pela vida humana imposta pelo capitalismo tem, em certa medida, sido uma violência contra as populações pobres. Por outro lado, para quem conhece, minimamente, a pedagogia proposta por Freire (1980) sabe que intolerância e manipulação não tem nada a ver com sua proposta dialógica. A conscientização dos oprimidos, proposta por Paulo Freire não corresponde ao que o grupo chama de “fábrica de mimados”, pelo contrário, o autor fala em humanização em estimular a participação consciente.

Nessa mesma linha, constroem um discurso que cria equivalências e é contrário aos movimentos feministas, movimento estudantil, educação popular e toda forma de mobilização das esquerdas. Dessa maneira, provoca a interpelação de mentes conservadoras e que não tem formação e nem conhecimento da obra de tão importante educador. Esse discurso interpela, o que Evelina Dagnino (2000) chama, autoritarismo social, o discurso que não reconhece os direitos sociais como legítimos, como aponta Vera Telles (2006).

Esse ataque a Paulo Freire está relacionado com a dimensão partidária - expressamente contra os partidos de esquerda e os movimentos sociais que lhe dão suporte, sobretudo o movimento estudantil. Essa matriz discursiva é equivalente ao discurso anti-comunista, já velho conhecido.

No seio desse discurso está pressuposto um processo de “doutrinação e a propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades”. Na visão deles, os supostos “doutrinadores são responsáveis de lucrar através do Estado com apoio do Partido dos Trabalhadores”. Esse discurso foi reiteradamente repetido na campanha eleitoral de 2018 como um discurso de ódio que não se caracteriza dentro da lógica democrática de agonismo, como apontou Chantal Mouffe (2002).

É um discurso que, segundo Rancière (1996), não reconhece como legítimas e racionais as demandas dos movimentos sociais e dos oprimidos. Como analisa Vera Telles (2006), os direitos sociais não são reconhecidos amplamente (de forma majoritária) como válidos. E, como afirma Paulo Freire (1980), citando Franz Fanon, essa forma de pensar o mundo (autoritária) está presente na mente de opressores e de oprimidos porque os argumentos são colocados de forma subliminar e, em certa medida, manipulados para esconder as reais intenções que são a necessidade de manter a dominação e o status quo (isso explica, em parte, a adesão a essas ideias). O discurso do capitalismo coloca como pressuposto a existência de uma igualdade de oportunidades e de uma liberdade individual que, nesse caso, destitui a autonomia do trabalho docente.

Esses pressupostos aparecem na escolha dos ‘alvos’ de ataque e das ‘reivindicações’. Em resumo, os alvos do Escola Sem Partido são: o Estado (como um sistema que mantém a doutrinação); professores; Paulo Freire (e a pedagogia crítica); a questão de gênero e o movimento estudantil. De uma forma geral, na análise pudemos perceber suas reivindicações: a ideia que as escolas, docentes e as políticas devem ser neutras; a proposta de garantir a liberdade de consciência dos alunos e responsáveis, a parte mais fraca da relação em sala de aula (que devem atuar como fiscalizadores).

Recentemente, o seu fundador Miguel Nagib anunciou (em agosto de 2020) sua saída do grupo alegando falta de apoio do atual governo e do Supremo Tribunal Federal (ao tornar inconstitucional essa proposta). Por outro lado, os efeitos discursivos possuem repercussão na conjuntura atual e ainda se mantém pela continuidade da propagação desses discurso por parte de outros sujeitos. Assim, que, longe de esmaecer, esse campo neoconservador possui grande número de seguidores.

NOVOS PERSONAGENS E MOBILIZAÇÕES NO CAMPO REVOLUCIONÁRIO

Como essa realidade é dinâmica gostaríamos de destacar, por fim e, com grande relevância, a reação do lado dos sindicatos e do campo dos movimentos de educação ao longo de todo esse processo. O caso exemplar foi a criação Fórum Popular de Educação, depois de destituído o Fórum Nacional de Educação. E que tem atuado articulando os sindicatos e teve atuação e visibilidade nas lutas pela aprovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Dando continuidade às lutas no campo educacional que, iniciaram com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), e que tiveram grande espaço na Constituinte 1988. Nesse caso, uma prática articulatória pelo direito à educação.

Nesse campo, tem destaque a Internacional da Educação que, junto com a Redestrado (Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente), tem promovido jornadas pelo Direito à Educação na América Latina, tomando como referência o centenário de Paulo Freire (que se realizará em 2021). Essa ação envolve a articulação dos centros de estudos e cátedras que homenageiam o grande educador e se insurge reforçando seu legado, frente à descaracterização que foi posta pelo Escola Sem Partido e sua rede de apoiadores. E, nesse processo, também objetiva visibilizar a luta de educadoras e educadores por seus direitos.

Além disso, ao longo do processo de julgamento da presidente Dilma Roussef, houve diversas mobilizações pelo país, que possibilitaram o fortalecimento de diversos movimentos. Mulheres envolvidas na Marcha e sua luta feminista e anticapitalista (OLIVEIRA, 2020), quanto movimentos de cristã(o)s progressistas - no campo protestante e católico (BARBOZA, 2019). E o surgimento de coletivos de juventude que não será possível explicar no âmbito desse artigo, mas que demonstram a dinâmica da lógica da hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a dinâmica da hegemonia, a partir da perspectiva de Laclau e Mouffe, faz perceber a emergência dos sujeitos políticos na conjuntura atual e como eles se inserem em práticas articulatórias mais amplas, reunidas em torno de um campo discursivo. Assim, em linhas gerais, analisamos as transformações propiciadas pela tradução discursiva dos movimentos sociais (do campo das esquerdas). E, por outro lado, o campo que se antagoniza a ela que é representado pelos grupos “Movimento Brasil Livre” e “Escola Sem Partido”. Esse último se formou em um campo que estabeleceu uma articulação e um discurso de equivalência com grupos neopentecostais, dando sustentação ao governo atual, trazendo à baila o conservadorismo colonial, patriarcal que é fundante do Estado-nação brasileiro. Como bem analisa Aníbal Quijano (2005), as questões da escravidão, do colonialismo estão presentes na formação do Estado na América Latina. Um estado construído sem a sociedade, apenas para as

elites, uma sociedade marcada por desigualdades e relações de poder com viés patriarcal e escravocrata.

A conjuntura atual é de hegemonia do neoliberalismo e sem diálogo com os movimentos sociais, sem reconhecer os direitos sociais como legítimos. Mas essa hegemonia é fraturada pelas lutas dos movimentos sociais em suas lutas (corpóreas e incorpóreas) e que expressam, em suas práticas discursivas, a esperança de um mundo mais justo, no sentido usado por Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. W. C. de. **O movimento interfóruns de educação infantil do Brasil e a política de Educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2019.

ALMEIDA, K. W.; RODRIGUES, C M. O MIEIB e a política curricular da educação infantil. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 56, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/19670>. Acesso em: 01 set. 2020.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 15-57.

ARANTES, R. **[Entre]tecendo olhares sobre a educação do campo: avanços e limites do Programa Escola da Terra no município de Igarassu: uma análise histórico-crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós- Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2019.

BARBOZA, V. **Pretas Cristãs: Reflexões sobre o processo de autoformação no movimento progressista evangélico**. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2019.

BOTTOMORE, T. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOITO JR., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. *In*: CAETANO, G. (coord). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 271-296.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, M. "Raízes Teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados". In: **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, M. Os amálgamas das transformações da educação popular. **ECCOS – revista científica**. v. 11, n. 1, p 123-140, jan/jun, 2009.

CUNHA JÚNIOR, J. **Educação escolar indígena em Pernambuco**: interculturalidade, retomadas e sujeitos indígenas. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades. Recife, 2016.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 279-302.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda da América Latina. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 61-102.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Endereço Eletrônico**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

FRAGA, M. “**Meninos vestem azul e meninas vestem rosa**”: analisando redes discursivas e as lições de gênero do “Escola Sem Partido”. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FRIGOTTO, G. “A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação.” In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira, 1. ed., UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

G1. Steve Bannon: da articulação conservadora internacional à prisão, veja trajetória do ex-estrategista de Trump. **G1**, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/20/steve-bannon-da-articulacao-conservadora-internacional-a-prisao-veja-trajetoria-do-ex-estrategista-de-trump.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GAZETA DO POVO. "O que é o "Movimento", organização criada por Steve Bannon contra a China e a UE". **Gazeta do Povo**, Curitiba. 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-o-movimento-organizacao-criada-por-steve-bannon-contra-a-china-e-a-ue/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GOHN, M. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação** - IIª Série, n. 1, 2014. p 35-50. Disponível em: https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf. Acesso em: 20. ago. 2020.

GOMES, N. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. *In*: GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula, Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, E. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. *In*: LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990, p. 19-99.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 1. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1981.

MANIFESTO dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MARQUES, E. **O currículo na formação de professores e professoras indígenas no Brasil**: caminhos da educação intercultural trilhados em Universidades Públicas (2008 - 2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades Recife, 2017.

MOUFFE, C. **Politics and passions**: the stakes of democracy. London: Centre for the Study of Democracy, 2002.

MELUCCI, A. **Nomads of the present:** social movements and individual needs in contemporary society. Philadelphia, Temple University Press, 1989.

MELUCCI, A. **Challenge codes:** collective action in the Information Age. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

MOURIAUX, R; BEROUD, S. Para uma definição do conceito de “movimento social”. *In:* LEHER, R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais:** diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p. 159-173.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LEHER, R.; SETÚBAL, M. (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais:** diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-95.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RODRIGUES, C. **Cultura política e Movimentos Sem-Teto:** as lutas possíveis. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife, 2009.

RODRIGUES, C. M. L.; SOUZA, G. S. V. Controle Governamental e Democratização da Gestão Educacional no Nordeste do Brasil. **ANPAE**, v. 2, p. 1-13, 2012.

RODRIGUES, C. M; L.; CARVALHO, K; SIMÕES, P. O MIEIB e a sua dimensão educadora. *In:* REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2019.

RODRIGUES, K. **"Vida e vida com abundância" - teologia da prosperidade, sagrado e mercado:** um estudo de afinidade eletiva entre a TP, o mercado e a ética de consumo na Igreja Universal do Reino de Deus. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

RUSCHEINSKY, A. **Movimento de moradia e partido dos trabalhadores.** 1996. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SADER, E. **O anjo torto:** esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, C. **Feminismo Agora!:** uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, BR-PE, 2018.

SANTOS, B. Novos movimentos sociais. *In:* LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais:** diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. **O currículo da EJA do campo**: um estudo das perspectivas do MST e da Secretaria de Educação de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2019.

TATAGIBA, L.; GALVAO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opin. Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100063&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2020.

TELLES, V. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TOURAINÉ, A. An introduction to study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.

UNE. Fórum Nacional Popular de Educação vai centrar luta contra a Lei da Mordaca, **UNE**, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/forum-nacional-popular-de-educacao-vai-centrar-luta-contr-a-lei-da-mordaca/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VAKALOULIS, M. Antagonismo Social e Ação Coletiva *In*: LEHER, R., SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p.126-140.

VERDÚ, D. Steve Bannon: “Bolsonaro e Salvini são os melhores representantes do movimento nacional-populista”. *El País*, Roma, 25 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547.html. Acesso em: 02 dez. 2020.

ZIBECHI, R. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. *In*: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p.198-207.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos ex-orientandos José Marinho Neto e Walyson Lima que iniciaram o trabalho apresentado no Fórum do Clacso, em 2018.

THE NEOCONSERVATIVE DISCOURSE: ANTAGONISM AND DISPUTES

ABSTRACT

In this article we analyze the discourse of the neoconservative field, in the light of the concept of hegemony by Laclau and Mouffe, within the debate on the relationship between education and social movements. In this field, we consider an articulatory practice around this conservative discourse which is antagonistic to the social movements. In the dynamics of hegemonic relations, this neoconservatism is organized in opposition to the achievements obtained in educational policies, throughout PT's governments. This articulation includes the elaboration of proposals for the educational field. On the other hand, there is also the reorganization of the field of social movements.

Keywords: Neoconservatism. Discourse. Educational policies. Social movements.

EL DISCURSO NEOCONSERVADOR: ANTAGONISMOS Y DISPUTAS

RESUMEN

En este artículo analizamos el discurso del campo neoconservador, a la luz del concepto de hegemonía de Laclau y Mouffe, dentro del debate sobre la relación entre educación y movimientos sociales. En este campo, consideramos una práctica articuladora en torno a este discurso conservador antagónica a los movimientos sociales. En la dinámica de las relaciones hegemónicas, este neoconservadurismo se organiza en oposición a los logros obtenidos en las políticas educativas, a lo largo de los gobiernos del PT. Esta articulación incluye la elaboración de propuestas para el campo educativo. Por otro lado, también está la reorganización del campo de los movimientos sociales.

Palabras claves: Neoconservadurismo. Discurso. Políticas educativas. Movimientos sociales.

Submetido em: novembro de 2020.

Aprovado em: novembro de 2020.

Publicado em: dezembro de 2020.